

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA FATOR SEGURADORA S.A.

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações financeiras referentes 31 de dezembro de 2015 e de 2014, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, Deloitte Touche Tohmatsu.

A Seguradora atua nos ramos garantias de obrigações públicas e privadas, fiança locatícia, riscos de engenharia e riscos operacionais, que fazem parte dos riscos de infraestrutura, e também em riscos de responsabilidades civil.

A Fator Seguradora S.A. é especialista nos ramos relacionados à infraestrutura de forma abrangente. A Seguradora conta com um quadro funcional experiente, sistemas de última geração, contratos com resseguradores nacionais e internacionais de primeira linha e estrutura eficiente de distribuição, através de corretores de seguros focados nos mesmos segmentos.

É próprio da Seguradora continuar operando nos mesmos segmentos, nos quais tem provada experiência. A Seguradora apurou lucro líquido de R\$ 96.399 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 18.792 em 2014).

Em 10 de setembro de 2015, a Seguradora recebeu comunicados números 08166-00000136/2015 e 08166-000137/2015, julgando favorável pedido de restituição de impostos, pagos a maior no exercício de 2010, sobre o resultado na venda de ações da BVFM. Em 31 de dezembro de 2015, o resultado desta

restituição, líquido de impostos, foi de R\$ 76.978. A Seguradora constituiu também prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social, do ano de 2010, no valor de R\$ 6.161.

O lucro líquido apurado com as operações correntes da Companhia foi de R\$ 13.260 (R\$ 18.792 em 2014). A Seguradora apresentou produção significativa, porém a constituição de reservas técnicas, o aumento da sinistralidade e consequentemente menor participação em lucros nos contratos com resseguradores, ocasionaram redução do resultado, quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

O Estatuto Social da Seguradora prevê distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Em Assembleia Geral Extraordinária - AGE, realizada em 28 de dezembro de 2015, foi aprovado pagamento de juros sobre o capital próprio, apurado com base na taxa de juros de longo prazo - TLP, sobre o patrimônio líquido, no montante de R\$ 8.300 (R\$ 6.250 em 2014) e pagamento de dividendos no valor de R\$ 20.000 (R\$ 4.463 em 2014).

O Estatuto Social da Seguradora determina a constituição de reserva legal no valor de 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício e reserva estatutária no limite de 50% (cinquenta por cento) do capital social.

O lucro líquido remanescente, no valor de R\$ 38.127, após pagamento dos juros sobre o capital próprio - JCP, distribuição dos dividendos e constituição das reservas legal e estatutária, foi destinado para outras reservas de lucros, para deliberação da Assembleia Geral Ordinária - AGO, a ser realizada até 31 de março de 2016, quanto à destinação para aumento de capital ou distribuição de dividendos.

Os ativos líquidos da Seguradora garantem sua solidez financeira e o valor do patrimônio líquido supera o exigido pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, para operar em todo território nacional.

A Seguradora administra, em conjunto com consultores jurídicos externos, processos judiciais e mantém provisões contábeis para todos os processos que apresentam situação de perda provável.

A Diretoria gostaria de registrar especial reconhecimento aos clientes e aos corretores de seguros, que honraram esta Seguradora com sua confiança, aos resseguradores pelo valioso apoio recebido e aos funcionários pelo profissionalismo colocado a serviço da Seguradora.

Agradecemos também à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, à Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização ("CNSeg"), à Federação Nacional de Seguros Gerais ("Fensseg") e ao Sindicato do Estado de São Paulo ("Sinspg") pelo apoio recebido ao longo do ano.

BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Em milhares de reais - R\$)

Ativo	Notas	2015	2014
Circulante		599.153	420.763
Disponível		943	345
Caixa e bancos	7	943	345
Aplicações	8	226.251	222.733
Crédito das operações com seguros e resseguros	6e	55.508	63.626
Prêmios a receber	10	50.158	47.694
Operações com seguradoras		1.911	3.630
Operações com resseguradoras		3.439	12.302
Outros créditos operacionais		36.441	31.263
Ativos de resseguro	6e e 11	185.446	88.433
Títulos e créditos a receber	16c1	86.119	5.328
Títulos e créditos a receber	13a	1.363	1.258
Créditos tributários e previdenciários	12	82.931	1.793
Depósitos judiciais e fiscais	13c	289	1.001
Outros créditos	21b	1.536	1.276
Despesas antecipadas		12	14
Custos de aquisição diferidos			
Seguros	16b	8.433	9.021
Ativo não circulante		80.285	65.384
Realizável a longo prazo		79.647	64.868
Créditos das operações com seguros e resseguros	6e	16.790	10.481
Prêmios a receber	10	16.509	10.177
Operações com seguradoras		281	304
Outros créditos operacionais	11	-	5
Ativos de resseguro	16c1	47.364	44.621
Títulos e créditos a receber	6e	8.853	2.802
Títulos e créditos a receber	13a	593	994
Créditos tributários e previdenciários	12	8.213	1.765
Depósitos judiciais e fiscais	13c	47	43
Custos de aquisição diferidos			
Seguros	16b	6.640	6.959
Investimentos		234	217
Participações societárias	3h	231	214
Imóveis destinados a renda		3	3
Imobilizado		303	222
Bens móveis	3i	233	175
Outras imobilizações		70	47
Intangível		101	77
Outros intangíveis	3j	101	77
Total do ativo		679.438	486.147

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais - R\$)

Saldo em 31 de dezembro de 2013	Reservas de Lucros				Lucros (prejuízos) acumulados	
	Capital social	Legal	Estatutária	Outras reservas de lucros	Total	
Lucro líquido do exercício	97.352	11.425	16.385	-	-	125.162
Proposta para destinação do lucro	-	940	7.139	-	-	18.792
Reserva legal	-	940	-	-	-	(18.792)
Reserva estatutária	-	-	7.139	-	-	(940)
Dividendos	-	-	-	-	-	(7.139)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(4.463)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	97.352	12.365	23.524	-	-	(6.250)
Lucro líquido do exercício	96.399	25.152	38.127	-	-	(6.250)
Proposta para destinação do lucro	4.820	25.152	38.127	-	-	(6.250)
Reserva legal	4.820	-	-	-	-	(6.250)
Reserva estatutária	-	25.152	-	-	-	(940)
Outras reservas de lucros (ne 15.d)	-	-	-	-	-	(7.139)
Dividendos	-	-	-	-	-	(4.463)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(6.250)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	97.352	17.185	48.676	38.127	-	201.340

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fator Seguradora S.A. ("Seguradora"), com sede na Avenida Santo Amaro, 48, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, opera em todo território nacional, nos ramos de riscos financeiros como garantia de obrigações privadas, públicas, judiciais, concessões públicas e fiança locatícia, riscos patrimoniais, como riscos de engenharia e operacionais e riscos de responsabilidades, como responsabilidade civil incluindo administradores e diretores (D&O), responsabilidade civil de profissionais (E&O) e responsabilidade civil geral. A Seguradora integra o Conglomerado Fator e é controlada diretamente pelo Banco Fator S.A., seu único acionista.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, pronunciamentos técnicos e orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendados pela SUSEP.

b) Normas e alterações de normas

Em 30 de junho de 2015, a SUSEP emitiu a Circular nº 517, instituindo o novo plano de contas e modelo de publicação das demonstrações financeiras das sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, com vigência a partir da data de sua publicação, revogando assim a Circular SUSEP nº 508, de 9 de janeiro de 2015.

c) Comparabilidade

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas com informações comparativas de períodos anteriores, conforme disposições do CPC 26 e da Circular SUSEP nº 517, de 30 de junho de 2015.

d) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico. Os ativos financeiros foram classificados na categoria avaliados ao valor justo através do resultado.

e) Demonstração de resultados abrangentes

A demonstração de resultados abrangentes está sendo apresentada em quadro demonstrativo próprio e compreende, quando aplicável, itens de receita e despesa que não são reconhecidos na demonstração do resultado, conforme requerido ou permitido pelos CPCs.

f) Continuidade

A Administração avaliou a habilidade em continuar as operações e está convencida de que a Seguradora possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a continuidade dos negócios.

g) Uso de estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use o julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, que envolvem, dentre outros, ajustes na provisão para riscos sobre créditos, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisões técnicas e provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, revisados periodicamente pela Seguradora.

Em 25 de fevereiro de 2016, foi autorizada a divulgação das demonstrações financeiras.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A demonstração de resultados abrangentes está sendo apresentada em quadro demonstrativo próprio e compreende, quando aplicável, itens de receita e despesa que não são reconhecidos na demonstração do resultado, conforme requerido ou permitido pelos CPCs.

a) Moeda funcional

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Seguradora.

As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para Reais, utilizando-se as taxas de câmbio da data das transações. Ganhos ou perdas de conversão de saldos denominados em moeda estrangeira, resultantes da sua liquidação e conversão de saldos na data do balanço, são reconhecidos no resultado.

b) Caixas e equivalentes de caixa

Caixas e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias entre a data de aquisição e vencimento e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e que não afetem a vinculação como ativos garantidores das reservas técnicas.

c) Ativos financeiros

A Seguradora classifica seus ativos financeiros nas categorias: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros "disponíveis para venda" e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros, determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- For adquirido, principalmente, para ser vendido a curto prazo.
- Non reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Seguradora administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo, ou
- For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de "hedge" efetivo.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelos ativos financeiros e ajustes de avaliação ao mercado, incluídos na rubrica "Resultado financeiro", no resultado.

Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Seguradora tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de redução do método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como "disponíveis para venda" ou não, são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

As variações no valor contábil dos ativos financeiros disponíveis para venda resultam das receitas de juros calculadas utilizando o método de juros efetivos são reconhecidos no resultado. Outras variações no valor contábil dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas em "Ajuste com títulos e valores mobiliários", líquidas dos seus correspondentes efeitos tributários, no patrimônio líquido.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

d) Baixa de instrumentos financeiros

Ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de sua propriedade. Quando não são transferidos em seu redor substancialmente os riscos e benefícios, a Seguradora avalia o controle do instrumento, a fim de assegurar sua manutenção no ativo.

A Seguradora baixa passivos financeiros somente quando seus obrigações são extintas e parceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contra-partida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

e) Reclassificação de ativos financeiros

A Seguradora não reclassifica um ativo financeiro da categoria "mensurado ao valor justo por meio do resultado" enquanto ele estiver na carteira, de acordo com as especificações do CPC 38.

Um instrumento financeiro derivativo não deve ser reclassificado de ou para a categoria "mensurado ao valor justo por meio do resultado" enquanto ele é mantido ou emitido.

- Um instrumento mensurado ao valor justo por meio do resultado não deve ser reclassificado se ele obtve essa classificação no reconhecimento inicial.

As demais reclassificações de ativos financeiros devem ser feitas ao valor justo na data do evento. Este valor justo se torna o novo custo do ativo e não é permitida reversão de ganhos ou perdas referentes ao valor justo reconhecido antes da reclassificação. Na data da reclassificação, deve ser realizado o novo cálculo da taxa efetiva de juros para investimentos mantidos até o vencimento e para empréstimos e recebíveis. Aumentos subsequentes nas estimativas de fluxos de caixa futuros ajustam a nova taxa de juros prospectivamente.

f) Instrumentos financeiros derivativos

A Seguradora não possui operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

g) Prêmios de seguros e receitas de comercialização

Os prêmios de seguros, os prêmios cedidos e os respectivos custos de comercialização são registrados quando da emissão da apólice e reconhecidos no resultado de acordo com o regime de competência, observando a vigência do risco. A Seguradora não possui operações de retrocessão.

As receitas e despesas de comercialização são diferidas e apropriadas ao resultado durante a vigência dos seguros. Para as operações de seguros do ramo DPVAT as receitas e despesas são contabilizadas com base nos informes recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

O valor recuperável dos prêmios de seguros é apurado com base em estudo técnico desenvolvido pela Administração da Seguradora, que leva em consideração o histórico de perdas incorridas e os riscos de inadimplência, conforme o cliente e a severidade do atraso verificado, conforme permitido pela Circular SUSEP 517 de 30 de junho de 2015. A Seguradora constitui provisão relativa a riscos vigentes e não emitidos com base em nota técnica atuarial.

h) Investimentos

Os investimentos, no ativo permanente, referem-se substancialmente a participação na Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., sendo demonstrado pelo valor de custo.

i) Imobilizado

A depreciação dos bens é calculada pelo método linear sobre o custo de aquisição corrigido com as seguintes taxas anuais: 20% para processamento de dados, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros de acordo com o período de locação do imóvel e 10% para móveis e utensílios.

As benfeitorias em imóveis de terceiros estão demonstradas ao custo de aquisição, depreciadas pelo método linear com base no prazo estimado de benefício.

A baixa de imobilizado ocorre por venda ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

j) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial.

Os ativos intangíveis com vida útil finita são amortizados com base na expectativa de vida útil remanescente.

k) Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

l) Provisões técnicas

- A provisão de prêmios não ganhos - é constituída pela parcela do prêmio de seguro correspondente ao período de risco a decorrer dos prêmios já emitidos, calculada pelo método "pro rata" dia, em conformidade com as determinações e os critérios estabelecidos pelo CNSP e pela SUSEP.
- A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes mas Não Emitidos - PPNG - RVNE é calculada, para os seguros de danos e seguros de pessoas, de acordo com metodologia específica descrita em NTA e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos pela seguradora, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão.
- A provisão de sinistros a liquidar é constituída por estimativas de pagamentos prováveis, líquidos de recuperações de coseguro, determinada com base nos avisos recebidos até à data do balanço e atualizada monetariamente, quando aplicável.
- A Seguradora constitui provisão para sinistros ocorridos e não suficientemente avisados - IBNER, através de metodologia descrita em nota técnica atuarial.
- A provisão para despesas relacionadas é constituída por estimativa de pagamentos prováveis, líquidos de recuperações de coseguro, determinada com base nas despesas de sinistros já conhecidas até a data do balanço e em nota técnica atuarial com objetivo de estimar o valor relacionado a demais parcelas esperadas.
- A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR) é calculada com base na Circular SUSEP nº 517/15, exceto para o ramo de garantia, o qual a partir de 2011 passou a ser calculado com base em nota técnica atuarial (NTA) de forma consistente com base na experiência histórica de ocorrência de sinistros nesse ramo.
- É constituída provisão para cobrir os encargos futuros com a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., na conta provisão de sinistros a liquidar e provisão de sinistros ocorridos mas não avisados, com base em informes emitidos pela administração do convênio. Sobre os valores constituídos, são calculados e provisionados juros e débito da rubrica "Despesas financeiras".
- A Provisão Complementar de Cobertura - PCC é constituída quando constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos, de acordo com as determinações específicas na regulamentação em vigor.

m) Teste de adequação dos passivos

Conforme requerido pelo CPC 11 e seguindo as determinações da Circular SUSEP nº 517/2015, em cada data de balanço a Seguradora elabora o teste de adequação dos passivos para todos os contratos vigentes nas datas-base de junho e dezembro de cada ano. Este teste é elaborado considerando-se o valor líquido contábil de todos os passivos de contratos de seguro, permitidos segundo o CPC 11 e a referida Circular, deduzidos dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros.

Para a realização do teste, os contratos são agrupados com base nos riscos similares ou quando o risco de seguro é gerenciado em conjunto pela Administração. Os fluxos de caixa projetados são descontados pelas estruturas a termo das taxas de juros (ETT), referentes ao mês de dezembro de 2015, livres de riscos correspondentes à garantia oferecida em cada produto, e, para a identificação de possíveis insuficiências, são comparados com os valores contábeis dos passivos líquidos dos custos de aquisição diferidos e ativos intangíveis para identificação de possíveis insuficiências.

Não foram identificadas insuficiências para as provisões constituídas em 31 de dezembro de 2015, não havendo, portanto, necessidade de constituição de provisões suplementares.

n) Demais passivos

Fornecedores e outras contas a pagar são mensurados pelo valor de custo e acrescidos de encargos e atualizações incorridas até a data do balanço, quando aplicáveis.

o) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é calculada pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável acima de R\$ 240 anuais. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 15%, do lucro antes dos impostos, até 31 de agosto de 2015. A Lei 13.169 de 06 de outubro de 2015, alterou a alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido das instituições financeiras de 15% para 20%, com eficácia a partir de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018.

O IRPJ e o CSLL diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis, bem como sobre prejuízos fiscais de IRPJ e base de cálculo negativa de CSLL não utilizada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito legal de compensar os ativos fiscais circulantes contra os passivos fiscais circulantes e quando estiverem relacionados a impostos sobre a renda lançados pela mesma autoridade fiscal, e está permitida a liquidação dos saldos em uma base líquida.

p) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Circular SUSEP nº 517/15, da seguinte forma:

Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que indiquem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabe mais nenhum recurso.

- Provisões para riscos - são avaliadas por assessores jurídicos e pela Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa que possa gerar uma saída de recursos que seja mensurável com suficiente segurança. São constituídas provisões para os processos classificados como perdas prováveis pelo assessores jurídicos e divulgados em notas explicativas. Adicionalmente, são constituídas provisões para honorários de sucesso, sempre que aplicável, tendo em vista acordos contratuais com assessores jurídicos.
- Passivos contingentes - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas judiciais em que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, classificado como provável perda, provisionado e atualizado.

q) Capital social

As ações são classificadas como patrimônio líquido quando não há obrigação contratual de transferir caixa ou outros ativos financeiros. Custos incrementais diretamente atribuídos à emissão dos instrumentos patrimoniais são demonstrados no patrimônio como uma redução dos rendimentos, líquido dos impostos.

r) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência. Para os produtos de risco, o faturador da receita é a emissão da apólice/certificado/ouvidoso ou a vigência do risco para os casos em que o risco se inicia antes da sua emissão e para os produtos de acumulação financeira, o faturador da receita é o recebimento das contribuições. Os prêmios de seguros e as correspondentes despesas de comercialização e agenciamento são reconhecidos no resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Em milhares de reais - R\$)

	Notas	2015	2014
Prêmios emitidos	6a	128.293	126.896
(+) Variações das provisões técnicas de prêmios	16a1	2.764	6.595
(=) Prêmios ganhos	19b	131.057	133.491
(+) Receita com emissão de apólices	19a	2.567	2.346
(-) Sinistros ocorridos	19c	(144.929)	(71.883)
(-) Custos de aquisição	19d	(14.206)	(13.601)
(-) Outras receitas e despesas operacionais	19e	(3.435)	(4.884)
(+/-) Resultado com resseguro	19f	48.618	(10.765)
(+) Receita com resseguro		102.186	42.764
(-) Despesa com resseguro	6a	(53.568)	(53.529)
(-) Despesas administrativas	19g	(21.481)	(17.823)
(-) Despesas com tributos	19h	(5.142)	(3.952)
(+) Resultado financeiro	19i	52.305	19.832
(+) Resultado patrimonial	19j	7	4
(=) Resultado operacional		45.361	29.165
Resultado antes de impostos e participações	20	45.361	29.165
(+/-) Imposto de renda		33.198	(5.181)
(+/-) Contribuição social		19.551	(3.105)
(-) Participações sobre o resultado	21d	(1.711)	(2.087)
(=) Lucro líquido		96.399	18.792
Quantidade de ações		4.814	4.814
(=) Lucro líquido por ação		20,02	3,90

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Em milhares de reais - R\$)

	2015	2014
Lucro líquido	96.399	18.792
Resultado abrangente do exercício	96.399	18.792

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Em milhares de reais - R\$)

	2015	2014
Fluxo de caixa nas atividades operacionais		
Lucro líquido	96.399	18.792
Diferenças e amortizações		
Variação nas contas patrimoniais:	140	83

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Em milhares de reais - R\$)

A Seguradora trabalha basicamente com os seguintes grupos de seguros:

- Seguros de riscos patrimoniais** - Oferece cobertura básica para danos causados por incêndios, queda de raios e explosão causada por gás empregado no uso doméstico (quando não gerado nos locais segurados) e suas consequências tais como desmoroamento, impossibilidade de proteção ou remoção de salvados, despesas com combate ao fogo, salvamento e desentulho do local.
- Seguros de riscos de engenharia** - Oferece cobertura aos riscos decorrentes de falha de engenharia e suas etapas como instalação e montagem, obras civis em construção, quebra de máquinas entre outros.
- Seguros de responsabilidades** - Asseguram uma compensação na ocorrência de prejuízos, podendo abranger inclusive seus empregados e clientes. Os principais riscos relacionam-se a danos corporais e materiais. O Seguro de responsabilidade inclui, entre outros, a responsabilidade geral/pública, de produto, de conselheiros e diretores, por erros e omissões e responsabilidade por cancelamento de eventos.
- Seguros financeiros** - Inclui o Seguro Garantia, anteriormente denominado Seguro Garantia de Obrigações Contratuais (GOC). Utilizado por órgãos da administração direta e indireta (federais, estaduais e municipais), públicos e privados, que devem exigir garantias de manutenção de oferta (em caso de concorrência) e de fiel cumprimento dos contratos e também para as empresas privadas que, nas suas relações contratuais com terceiros (fornecedores, prestadores de serviços e empreiteiros de obras), desejam garantir-se contra o risco de descumprimento dos contratos.

Ramos	Prêmios emitidos		Resseguros cedidos		Percentual ressegurado	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Riscos de engenharia	12.417	9.332	10.268	8.586	82,69	92,01
Riscos nomeados e operacionais	15.094	12.033	13.569	10.745	89,90	89,30
RC de administradores e diretores(D&O)	8.315	2.545	6.824	2.395	82,07	94,11
RC Profissional (E&O)	2.485	2.437	1.979	1.961	79,64	80,47
R. C. Geral	2.431	3.200	1.840	2.779	75,69	86,84
DPVAT	44.243	40.917	-	-	-	-
Garantia de obrigações privadas	(81)	252	(65)	456	80,25	80,14
Garantia de obrigações públicas	524	418	290	275	55,34	65,79
Garantia de concessões públicas	(8)	-	(6)	(56)	75,00	-
Garantia judicial	91	73	(260)	(88)	285,71	(120,55)
Garantia segurado-setor público	46.277	25.285	44.460	23.262	96,07	92,00
Garantia segurado-setor privado	3.496	17.792	6.218	16.406	177,86	92,21
Total bruto de riscos vigentes não emitidos, comissões e despesas diferidas	135.284	114.853	85.117	66.697	-	-

Prêmios de riscos vigentes não emitidos	Comissões sobre resseguros cedidos	Variáveis das despesas de resseguros
(6.991)	12.043	-
-	(3.402)	6.318
-	(27.472)	(19.975)
-	(675)	489

Total líquido de riscos vigentes não emitidos, comissões e despesas diferidas 128.293 126.896 53.568 53.529

O gerenciamento dos riscos destes seguros é administrado principalmente, pela precificação, seleção de riscos e resseguro. Há monitoramento e reação de forma tempestiva às mudanças nos ambientes econômico e comerciais, assegurando um alto padrão de análise e aceitação de riscos. Os departamentos técnicos monitoram e avaliam a exposição de risco sendo responsáveis pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição, tratamento de sinistros, resseguro e provisões técnicas de seguros e resseguros.

Resseguradoras	Classe	Resseguros cedidos		Resseguros cedidos - %		
		2015	2014	2015	2014	
Local 1(*)	Local	50	41	0,06	0,06	
Local 2 (*)	Local	(56)	351	(0,07)	0,53	
Local 3 (*)	Local	(57)	323	(0,07)	0,48	
Local 4(*)	Local	-	224	-	0,34	
Local 5(*)	Local	23	271	0,03	0,41	
Local 6(*)	Local	14.717	8.493	17,29	12,43	
Local 7(*)	Local	14.796	17.982	17,38	26,96	
Local 8(*)	Local	42	140	0,05	0,21	
Local 9(*)	Local	205	22	0,24	0,03	
Local 10(*)	Local	9.547	5.704	11,22	8,55	
Local 11(*)	Local	1.499	6.273	1,76	9,93	
Local 12(*)	Local	122	-	0,14	-	
Local 13(*)	Local	91	-	0,11	-	
Local 14(*)	Local	917	-	1,08	-	
Eventual 1	Eventual A	Standard & Poor's/FITCH	145	0,17	0,22	
Eventual 2	Eventual A	A.M. Best Company	4.552	2.882	5,35	4,32
Eventual 3	Eventual A	A.M. Best Company	55	124	0,06	0,19
Eventual 4	Eventual AA-	Standard & Poor's/FITCH	100	(28)	0,12	(0,04)
Eventual 5	Eventual AA-	Standard & Poor's/FITCH	2.961	1.845	3,48	2,77
Eventual 6	Eventual A	Standard & Poor's/FITCH	4	179	0,00	0,27
Eventual 7	Eventual A+	A.M. Best Company	629	240	0,74	0,36
Eventual 8	Eventual A	Standard & Poor's/FITCH	-	2	-	-
Eventual 9	Eventual A	Standard & Poor's/FITCH	76	4.996	0,09	7,04
Eventual 10	Eventual A	A.M. Best Company	1.015	704	1,19	1,06
Admitida 1	Admitida AA	Standard & Poor's/FITCH	597	-	0,70	0,00
Admitida 2	Admitida A	Standard & Poor's/FITCH	28	56	0,03	0,08
Admitida 3	Admitida A-	A.M. Best Company	(2)	237	-	0,36
Admitida 4	Admitida A+	A.M. Best Company	1.394	528	1,64	0,79
Admitida 5	Admitida A+	A.M. Best Company	4.349	-	5,11	-
Admitida 6	Admitida A1	Moody's Investor Services	8.315	6.198	9,77	9,29
Admitida 7	Admitida A	Standard & Poor's/FITCH	512	228	0,60	0,34
Admitida 8	Admitida A+	A.M. Best Company	-	19	-	0,03
Admitida 9	Admitida AA-	Standard & Poor's/FITCH	4.237	3.752	4,98	5,63
Admitida 10	Admitida A	A.M. Best Company	109	632	0,13	0,95
Admitida 11	Admitida A+	Standard & Poor's/FITCH	6.595	2.751	7,75	4,13
Admitida 12	Admitida A-	Standard & Poor's/FITCH	2.341	1.337	2,75	2,00
Admitida 13	Admitida A+	Standard & Poor's/FITCH	1.608	2.590	1,89	3,88
Admitida 14	Admitida A+	A.M. Best Company	-	269	-	0,40
Admitida 15	Admitida A	A.M. Best Company	3.826	3.137	4,50	4,70
			85.117	66.697	100	100

(*) Não há categoria de risco divulgada.

Desenvolvimento de sinistros

As tabelas abaixo apresentam a evolução de desenvolvimento de sinistros administrativos e de sinistros judiciais acumulada bruta e líquida de resseguros das estimativas dos sinistros ocorridos e seus pagamentos até totalizarem o passivo corrente.

Sinistros administrativos - bruto de resseguro						
Data de aviso/cadastro	2012	2013	2014	2015	2016	Total geral
Até um ano	-	-	-	-	41.167	41.167
Após um ano	-	-	-	79.771	-	79.771
Após dois anos	-	-	1.048	-	-	1.048
Após três anos	-	50	-	-	-	50
Total geral	-	50	1.048	79.771	41.167	122.036

Sinistros administrativos - líquido de resseguro						
Data de aviso/cadastro	2012	2013	2014	2015	2016	Total geral
Até um ano	-	-	-	-	3.869	3.869
Após um ano	-	-	-	2.061	-	2.061
Após dois anos	-	-	110	-	-	110
Após três anos	-	10	-	-	-	10
Total geral	-	10	110	2.061	3.869	6.050

Sinistros judiciais - bruto de resseguro						
Data de aviso/cadastro	2012	2013	2014	2015	2016	Total geral
Até um ano	-	-	-	-	863	863
Após um ano	-	-	-	2.536	-	2.536
Após dois anos	-	-	-	2.536	-	3.999
Após três anos	-	-	-	-	-	16.000
Total geral	-	-	-	2.536	863	19.399

Sinistros judiciais - líquido de resseguro						
Data de aviso/cadastro	2012	2013	2014	2015	2016	Total geral
Até um ano	-	-	-	-	43	43
Após um ano	-	-	-	507	-	507
Após dois anos	-	-	-	507	-	550
Após três anos	-	-	-	-	-	16.000
Total geral	-	-	-	507	43	16.550

As provisões de DPVAT não são consideradas para fins de desenvolvimento. A inclusão destas provisões pode distorcer as informações apresentadas nesta tabela, tendo em vista que o DPVAT é calculado com base em regulamentação própria. As informações foram incluídas apenas para fins de conciliação com o passivo da Provisão de Sinistros a Liquidar.

Análise de sensibilidade
O teste de sensibilidade foi elaborado considerando uma alteração na principal variável que poderia impactar o patrimônio líquido.

Na avaliação foram consideradas variações na ordem de 5% e 10%. Os resultados consideram o impacto no resultado antes dos impostos e no patrimônio líquido conforme abaixo.

Fator de sensibilidade - prêmios	Impacto no resultado antes dos impostos		Impacto no patrimônio líquido	
	2015	2014	2015	2014
Em 31 de dezembro de 2015:				
Redução de prêmios emitidos em 5%	(6.415)	(6.415)	(3.849)	(3.849)
Redução de prêmios emitidos em 10%	(12.829)	(12.829)	(7.698)	(7.698)
Em 31 de dezembro de 2014:				
Redução de prêmios emitidos em 5%	(6.345)	(6.345)	(3.807)	(3.807)
Redução de prêmios emitidos em 10%	(12.690)	(12.690)	(7.614)	(7.614)

Fator de sensibilidade - sinistros	Impacto no resultado antes dos impostos		Impacto no patrimônio líquido	
	2015	2014	2015	2014
Em 31 de dezembro de 2015:				
Aumento de sinistros em 5%	(7.246)	(7.246)	(4.348)	(4.348)
Aumento de sinistros em 10%	(14.493)	(14.493)	(8.696)	(8.696)
Em 31 de dezembro de 2014:				
Aumento de sinistros em 5%	(3.594)	(3.594)	(2.156)	(2.156)
Aumento de sinistros em 10%	(7.188)	(7.188)	(4.313)	(4.313)

Fator de sensibilidade - despesas administrativas	Impacto no resultado antes dos impostos		Impacto no patrimônio líquido	
	2015	2014	2015	2014
Em 31 de dezembro de 2015:				
Aumento das despesas administrativas em 5%	(1.074)	(1.074)	(644)	(644)
Aumento das despesas administrativas em 10%	(2.148)	(2.148)	(1.289)	(1.289)
Em 31 de dezembro de 2014:				
Aumento das despesas administrativas em 5%	(891)	(891)	(535)	(535)
Aumento das despesas administrativas em 10%	(1.782)	(1.782)	(1.069)	(1.069)

As operações da seguradora estão voltadas para modalidades de Riscos Patrimoniais, Riscos de Responsabilidades e Riscos Financeiros, sendo que dentro de cada uma, o foco ocorre somente em grandes riscos. Trata-se de projetos de grande porte isolados, que dificilmente serão atingidos ao mesmo tempo por catástrofes naturais. No caso de riscos financeiros, seria necessário ocorrer um evento sistêmico que resultasse na falência generalizada de empresas numa mesma região, o que também é considerado de baixa possibilidade. Por esse motivo a seguradora entende como de baixo risco as potenciais exposições à concentração de risco por região geográfica. Os quadros abaixo demonstram a concentração de risco por região e por grupo de ramos com base no prêmio bruto e no prêmio bruto líquido de resseguro.

Em 31 de dezembro de 2015						
Região Geográfica	Distribuição de prêmio emitido bruto de resseguro		Riscos		Total	
	Patrimonial	% Responsabilidades	% financeiros	%	(*)	%
Centro-Oeste	2.254	87,7	268	10,4	48	1,9
Nordeste	1.410	22,6	521	8,3	4.320	69,1
Norte	644	47,8	629	46,7	74	5,5
Sudeste	19.243	28,2	11.152	16,3	37.880	55,5
Sul	3.960	31,4	661	5,2	7.977	63,4
Total	27.511	30,2	13.231	14,5	50.299	55,3

Em 31 de dezembro de 2014						
Região Geográfica	Distribuição de prêmio líquido de resseguro		Riscos		Total	
	Patrimonial	% Responsabilidades	% Financeiros	%	(*)	%
Centro-Oeste	695	85,0	104	12,7	19	2,3
Nordeste	578	45,6	144	11,4	545	43,0
Norte	75	27,1	189	68,2	13	4,7
Sudeste	1.659	70,9	1.969	84,1	(1.288)	(55)
Sul	669	64,7	180	14,7	373	30,6
Total	3.676	82,1	2.586	43,7	(338)	(5,8)

(*) Este montante não inclui receitas de prêmios do convênio DPVAT e prêmios de riscos vigentes não emitidos.

Concentração de riscos - moeda
A Fator Seguradora S.A. não possui concentrações de riscos significativos em moedas estrangeiras, as emissões ocorrem substancialmente em moeda nacional.

b) Risco de crédito
Risco de crédito é a possibilidade da contraparte de uma operação financeira não cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Seguradora.

O gerenciamento de risco de crédito inclui o monitoramento de exposições com contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por agências avaliadoras de riscos, tais como

Fitch Ratings, Standard & Poor's, Moody's entre outras.
A Seguradora adota política de gerenciamento das exposições de suas contrapartes de resseguro, limitando as resseguradoras que poderão ser usadas, e o impacto de eventual inadimplimento das resseguradoras e avaliação regularmente.

- Definições das classificações de qualidade**
- Forte:** Exposições demonstram uma forte capacidade de cumprir compromissos financeiros, com probabilidade insignificante ou baixa de inadimplência e/ou níveis de perda esperada.
 - Boa:** Demonstrem boa capacidade de cumprir compromissos financeiros, com baixo risco de inadimplência e são monitoradas regularmente.
 - Satisfatória:** Exposições que precisam de maior grau de monitoramento porque demonstram capacidade média a regular de cumprir compromissos financeiros.
 - Abaixo do padrão:** Exposições que necessitam de monitoramento constante e atenção especial, visto que o risco de inadimplência é maior.
 - Em atraso, mas não deteriorada:** Exposições que precisam de atenção especial e monitoramento constante, porque estão em atraso. São operações que normalmente demonstram curtos períodos de inadimplência, com expectativa mínima de perda efetiva após adoção de processos de cobrança.
 - Deteriorada:** Exposições que foram avaliadas, individual ou coletivamente, como deterioradas e há necessidade de processo judicial para tentativa de recuperação.

A seguinte tabela estabelece a distribuição dos ativos financeiros da Seguradora por classificações de qualidade de crédito:

Forte	Classificações de qualidade						Total
	Sem atraso, nem deteriorado		Em atraso, mas não deteriorada		Redução ao valor recuperável		
	Boa	Satisfatória do padrão	Abaixo do padrão	Deteriorada	Orada	recuperável	

Em 31 de dezembro de 2015

Ativos financeiros	Sem atraso, nem deteriorado	Em atraso, mas não deteriorada	Deteriorada	Orada	recuperável	Total
Ativos financeiros designados ao valor justo	162.032	64.219	-	-	-	226.251
Prêmios a receber	59.159	-	-	7.613	21	66.667
Operações com seguradoras	985	-	1.458	-	-	2.192
Operações com resseguradores	3.439	-	343	-	-	3.439
Outros créditos operacionais	36.441	-	139	-	-	36.441

c) Risco operacional
A Seguradora define risco operacional como o risco de perda resultante de processos internos, erros e omissões pelos colaboradores, sistemas de informações inadequados ou falhos, extrapolação de autoridade dos colaboradores, desempenho insatisfatório, falhas na adoção dos critérios de subscrição, fraudes e de eventos externos que ocasionem ou não a interrupção de negócios.

—* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Em milhares de reais - R\$)

A seguradora elaborou estudo técnico que demonstra o período de realização dos créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa, tendo como embasamento a geração de lucro tributável para fins de IRPJ e CSLL:

Período de realização	Valores
2016	2.811
2017	3.176
2018	174
	<u>6.161</u>

13. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

a) A Seguradora possui processos judiciais fiscais ativos, já transitados em julgado, reconhecidos contabilmente, cujo valor é R\$ 1.956 (R\$ 2.252 em 31 de dezembro de 2014), registrados na rubrica títulos e créditos a receber.

	Movimentação
Saldos em 31 de dezembro de 2014	2.252
Constituições/Reestimativas	(277)
Liquidações	(124)
Atualização monetária	105
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>1.956</u>

b) A Seguradora possui contingências para as quais os valores provisionados cobrem os riscos mediante a análise da probabilidade de perda de cada ação, que são conciliadas pela Administração considerando as perdas históricas, os riscos envolvidos e a avaliação dos consultores jurídicos.

Os principais processos em aberto em 31 de dezembro de 2015 são:

Provisão para riscos fiscais

Os processos fiscais referem-se a questionamentos que envolvem a discussão sobre a incidência de impostos, contribuições e encargos sociais, como a dedutibilidade de despesas na base de cálculo da contribuição social em períodos anteriores, discussão sobre a incidência de contribuição previdenciária sobre valores pagos através de cartões de incentivo, questionamentos sobre a utilização de prejuízos fiscais desde 1998, supostas omissões de receitas representadas por variações monetárias ativas nas bases de cálculo do imposto de renda, da contribuição social e do Programa de Integração Social - PIS.

Sinistros em discussão judicial

Todos os processos relativos a sinistros indenizados ou a indenizar em seus diversos estágios processuais são contabilizados com base na avaliação interna conjugada com as avaliações de riscos efetuadas e valores informados pelos consultores jurídicos da Seguradora, tendo em vista o mérito das causas, o estágio processual, a importância segurada contratada e a natureza das coberturas das apólices. Esses passivos contingentes estão registrados na rubrica "Sinistros a liquidar".

Provisão para riscos cíveis

Os processos cíveis referem-se a autuações efetuadas pelo órgão regulador e outros questionamentos referentes principalmente a prêmios de seguros.

Provisão para riscos trabalhistas

Os processos trabalhistas que envolvem a Seguradora são relativos a horas extras, equiparações salariais, devoluções de perdas de planos econômicos, descontos de seguros e vale-alimentação em folha de pagamento.

O quadro de processos em curso, de acordo com a avaliação dos advogados é assim sumariado:

	Quantidade de ações		Valor estimado pelos advogados		Provisão contábil		Depósitos judiciais	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Fiscais:								
Provável	3	4	227	832	227	832	47	654
Possível (ii)	5	6	8.697	5.787	-	-	-	-
Remota	-	1	-	210	-	-	-	-
	<u>8</u>	<u>11</u>	<u>8.924</u>	<u>6.829</u>	<u>227</u>	<u>832</u>	<u>47</u>	<u>654</u>
Sinistros: (i)								
Provável	2	4	863	87	863	87	-	-
Possível	1	2	1.000	271	1.000	271	-	-
Remota	1	1	1.535	11	1.535	11	-	-
	<u>4</u>	<u>7</u>	<u>3.398</u>	<u>369</u>	<u>3.398</u>	<u>369</u>	-	-
Cíveis:								
Provável	13	6	397	242	397	242	-	-
Possível (iii)	6	4	169	107	-	-	-	-
Remota	5	3	130	26	-	-	-	-
	<u>24</u>	<u>13</u>	<u>696</u>	<u>375</u>	<u>397</u>	<u>242</u>	-	-
Trabalhistas:								
Provável	2	2	297	261	298	261	234	207
Possível (iv)	1	3	12	16	-	-	-	-
Remota	2	2	-	-	-	-	55	153
	<u>5</u>	<u>7</u>	<u>309</u>	<u>277</u>	<u>298</u>	<u>261</u>	<u>289</u>	<u>390</u>
	<u>41</u>	<u>38</u>	<u>13.327</u>	<u>7.850</u>	<u>4.320</u>	<u>1.704</u>	<u>336</u>	<u>1.044</u>
					<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
					-	-	289	1.001
					-	-	47	43
					682	1.050	-	-
					3.398	356	-	-
					-	13	-	-
					240	285	-	-

Ativo circulante - depósitos judiciais

Ativo não circulante - depósitos judiciais

Passivo circulante - provisões judiciais

Passivo circulante - sinistros a liquidar

Passivo circulante - provisão despesas relacionadas

Passivo não circulante - provisões judiciais

(i) A Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL (judicial) é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro ou notificação do processo judicial, bruta dos ajustes de resseguro e líquida de cosseguro.

(ii) Os processos fiscais no valor de R\$ 8.697 (R\$ 5.787 em 2014), classificados como de perda possível, referem-se a questionamentos que envolvem a discussão sobre a incidência e reconhecimento de variações monetárias ativas de depósitos judiciais para fins de cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica - IRPJ e contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL, de períodos anteriores, discussão sobre a incidência de contribuição previdenciária sobre valores pagos através de cartões de incentivo e supostas omissões de receitas representadas por variações monetárias ativas nas bases de cálculo do imposto de renda, da contribuição social e do programa de integração social - PIS.

(iii) Os processos cíveis no valor de R\$169 (R\$ 107 em 2014), classificados como de perda possível, referem-se a autuações efetuadas pelo órgão regulador e outros questionamentos referentes principalmente a prêmios de seguros.

(iv) Os processos trabalhistas no valor de R\$12 (R\$ 16 em 2014), classificados como de perda possível, referem-se a horas extras, adicional de periculosidade e devolução de descontos relacionados a seguros.

	Fiscais	Sinistros	Cíveis	Trabalhistas
Saldos em 31 de dezembro de 2014	832	369	242	261
Constituições/Reestimativas (i)	(605)	3.077	155	55
Liquidações	-	(48)	-	(18)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>227</u>	<u>3.398</u>	<u>397</u>	<u>298</u>

(i) Referem-se a atualizações monetárias, provisões para novos processos judiciais, constituições, reversões e complementos em razão da atualização das posições dos consultores legais.

14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Despesas corporativas

Em junho de 2009, a Seguradora passou a investir parte de seu portfólio em Fundo de Investimento Exclusivo Multimercado, que tem como administrador, o Banco Fator S.A., seu único acionista, e como gestora a FAR - Fator Administração de Recursos Ltda.

O Banco Fator S.A. auxilia a Fator Seguradora através da Central de Riscos e Compliance, no cálculo do risco de mercado e liquidez associados à utilização de derivativos e também em matéria relacionada a recursos humanos, tecnologia, marketing e controles internos.

Em 26 de setembro de 2014 foi firmado instrumento particular de acordo para reembolso de custos e despesas entre empresas integrantes do Conglomerado Fator. As partes utilizam estruturas e áreas corporativas em comum, típicas de suporte, bem como celebram contratos diretamente com fornecedores e/ou prestadores de serviços em geral, utilizados por todas as empresas do Conglomerado, com a finalidade de diminuição de custos, tendo em vista a contratação em maior quantidade.

Em relação ao acordo firmado, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Seguradora apresenta saldo a pagar e despesas, conforme abaixo:

	Passivos - obrigações a pagar		Despesas corporativas com utilização de estruturas comuns e contratos firmados para o Conglomerado	
	2015	2014	2015	2014
Banco Fator S.A.	178	485	2.330	1.763
Fator S.A. Corretora de Valores	30	46	219	187
Far - Fator Administração de Recursos Ltda.	-	1	3	5
Fator Empreendimentos e Participações Ltda.	3	1	7	1
	<u>211</u>	<u>533</u>	<u>2.559</u>	<u>1.956</u>

b) Remuneração do pessoal-chave da administração

	2015	2014
Honorários	1.752	1.627
Gratificações e participações nos lucros	996	1.166
Encargos	1.135	978

A Seguradora não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

c) Outras informações

Em 31 de dezembro de 2015, a Seguradora apresenta saldo a pagar a seu acionista, o Banco Fator S.A., no valor de R\$ 20.000 (R\$ 4.463 em 2014), referente a dividendos do exercício corrente.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, o capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 97.352 e está representado por 4.814 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, pertencentes a acionista domiciliado no País.

b) Dividendos

O Estatuto Social da Seguradora prevê distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Em Assembleia Geral Extraordinária - AGE, realizada em 28 de dezembro de 2015, foi aprovado pagamento de dividendo no montante de R\$ 20.000 (R\$ 4.463 em 2014), valor este inferior ao percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) previsto no Estatuto Social da Companhia para distribuição, pois se deliberou em contrário pelo acionista na presente Ata, em atenção à faculdade prevista no artigo 202 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976. O valor encontra-se registrado na rubrica obrigações a pagar no passivo circulante.

c) Juros sobre capital próprio

Em Assembleia Geral Extraordinária - AGE, realizada em 28 de dezembro de 2015, em complemento ao dividendo deliberado, foi decidido pelo pagamento de Juros sobre o capital próprio - JCP, apurado com base na taxa de juros de longo prazo - TJLP, sobre o patrimônio líquido, gerando um montante de R\$ 8.300 (R\$ 6.250 em 2014) a pagar ao acionista. Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, esses juros foram revertidos da conta de resultado (despesas financeiras), e apresentados como destinação do lucro. O montante creditado reduziu a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social, o que proporcionou redução de carga tributária no montante de R\$ 3.735 (R\$ 2.500 em 2014).

d) Reservas de lucros

O Estatuto Social da Seguradora determina a constituição de reserva legal no valor de 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício e reserva estatutária no limite de 50% (cinquenta por cento) do capital social. O lucro líquido remanescente, no valor de R\$ 38.127, após pagamento dos juros sobre o capital próprio - JCP, distribuição dos dividendos e constituição das reservas legal e estatutária, foi destinado para outras reservas de lucros, para deliberação da Assembleia Geral Ordinária - AGO, a ser realizada até 31 de março de 2016, quanto à destinação para aumento de capital ou distribuição de dividendos.

16. DETALHAMENTO DAS PROVISÕES TÉCNICAS E CUSTO DE AQUISIÇÃO POR RAMOS - SEGUROS

a) Provisões técnicas

Ramos	Provisão prêmios não ganhos		Provisão de sinistros a liquidar		Provisão para sinistros ocorridos mas não avisados		Outras provisões	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Acidentes pessoais	-	-	-	4	-	-	-	-
Renda de eventos aleatórios	-	-	-	43	-	-	-	-
Vida em grupo	-	-	-	470	-	-	-	-
DPVAT	-	-	19.885	21.423	35.372	22.017	404	527
Garantia financeira	-	-	-	-	-	-	-	-
Garantia de obrigações - públicas	3.620	7.601	-	1.658	-	-	-	-
Garantia de obrigações - privadas	230	674	-	-	-	-	-	-
Garantia de concessões - públicas	-	106	-	-	-	-	-	-
Garantia judicial	357	2.022	-	-	-	-	-	-
Responsabilidade civil de administradores e diretores - D&O	5.920	1.791	1.644	207	651	53	-	-
Responsabilidade civil profissional - E&O	2.775	2.171	16	-	547	536	-	-
Responsabilidade civil geral	1.556	1.992	1.786	2.066	187	946	-	-
Riscos de Engenharia	40.663	39.558	6.344	5.032	745	429	-	-
Garantia segurado - Setor público	58.380	44.877	1	-	-	-	-	-
Garantia segurado - Setor privado	26.602	42.837	76.539	30.252	-	-	-	-
Riscos nomeados e operacionais	10.796	8.752	39.104	1.142	6.186	1.384	-	-
Fiança Locatícia	436	343	-	-	19	16	-	-
Total	151.335	152.724	145.319	62.297	43.707	25.381	404	527

Ramos	Provisão despesas relacionadas		Provisão para sinistros ocorridos e não suficientemente avisados - IBNER	
	2015	2014	2015	2014
Acidentes pessoais	-	-	-	-
Renda de eventos aleatórios	-	-	-	1
Vida em grupo	-	26	-	24
DPVAT	-	-	-	-
Garantia financeira	-	-	-	-
Garantia de obrigações - públicas	-	-	-	-
Garantia de obrigações - privadas	-	-	-	-
Garantia de concessões - públicas	-	-	-	-
Garantia judicial	-	-	-	-
Responsabilidade civil de administradores e diretores - D&O	1.120	14	211	27
Responsabilidade civil profissional - E&O	-	17	-	-
Responsabilidade civil geral	307	264	-	-
Riscos de Engenharia	147	226	273	216
Garantia segurado - Setor público	-	-	-	-
Garantia segurado - Setor privado	144	-	-	-
Riscos nomeados e operacionais	7.422	83	-	-
Riscos diversos	-	45	-	-
Total	9.140	675	484	268

a.1) Movimentações das provisões técnicas

	Provisão prêmios não ganhos		Provisão de sinistros a liquidar		Provisão para sinistros ocorridos mas não avisados		Outras provisões	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Saldos no início do exercício	152.724	160.704	62.297	35.915	25.381	19.364	527	162
Constituições decorrentes de prêmios	84.050	85.980	-	-	-	-	-	-
Diferimentos pelo risco decorrido	(86.814)	(92.575)	-	-	-	-	-	-
Oscilação cambial	1.375	(1.385)	-	-	-	-	-	-
Avisos de sinistros	-	-	8.912	2.790	-	-	-	-
Cancelamentos de sinistros	-	-	(4.140)	(622)	-	-	-	-
Ajustes de estimativas de sinistros	-	-	87.041	33.797	-	-	-	-
Pagamentos de sinistros	-	-	(7.252)	(11.168)	-	-	-	-
Movimentações decorrentes das operações com DPVAT	-	-	(1.539)	1.585	13.355	5.688	(123)	365
Outras constituições	-	-	-	-	4.971	329	-	-
Outras reversões	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo no final do exercício	151.335	152.724	145.319	62.297	43.707	25.381	404	527

b) Custo de aquisição diferido

	Provisão de despesas relacionadas aos sinistros - PDR		Provisão para sinistros ocorridos e não suficientemente avisados - IBNER	
	2015	2014	2015	2014
Saldos no início do exercício	675	1.348	268	-
Avisos de sinistros	398	176	-	-
Cancelamentos de sinistros	(112)	(12)	-	-
Ajustes de estimativas de sinistros	1.139	397	-	-
Pagamentos de sinistros	(1.162)	(575)	-	-

★ continuação
PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da

Fator Seguradora S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as provisões técnicas, exceto aquelas referentes ao seguro DPVAT, no montante de R\$55.661 mil, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Fator Seguradora S.A. ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2015, descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Sociedade, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Sociedade, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas, exceto aquelas referentes ao seguro DPVAT, no montante de R\$55.661 mil, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Sociedade com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo IBA. Esses princípios atuariais requerem que a auditoria

atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Sociedade estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Sociedade e não abrange uma opinião sobre as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas, dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Sociedade. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas, dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas, exceto aquelas referentes ao seguro DPVAT, no montante de

R\$55.661 mil que não foi objeto de nossos exames, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Sociedade anteriormente referidas da Fator Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2015, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Consultores Ltda.

CNPJ 02.189.924/0001-03

CIBA 45

João Batista da Costa Pinto

MIBA 944

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da

Fator Seguradora S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Fator Seguradora S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Seguradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Seguradora. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação

da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fator Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2016

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

 Contador - **Marcelo Luis Teixeira Santos**

CRC nº 1 PR 050377/O-6